



# Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria do Planejamento e Gestão  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

# Conjuntura FEE

ANO 18 Nº 06  
Junho de 2009

## O Brasil mais forte no *front* externo

É impossível preverem-se os desdobramentos e a duração da crise mundial. Da mesma forma, resulta inexequível antecipar as efetivas conseqüências da crise na economia nacional. É óbvio que o Brasil se depara com condições mundiais adversas ao seu crescimento, ao contrário do período de forte prosperidade global interrompido pela crise. Contudo, no período de prosperidade, o País logrou expandir largamente suas exportações, atrair vultosos investimentos estrangeiros diretos e acumular altas reservas cambiais, do que resultou a superação de sua prolongada fragilidade financeira externa. Esse fato lhe assegura maior resistência aos choques externos. Essa capacidade de resistência, longe de ser absoluta, poderá propiciar a retomada do crescimento nacional antes que a crise mundial se dissipe e na hipótese de que não recrudesça.

O Plano Real não “inaugurou” a fragilidade financeira externa da economia, mas agravou-a, pois, ao utilizar o câmbio valorizado como âncora dos preços, travou o crescimento das exportações e transformou os anteriores superávits comerciais em déficits. O fato acelerou o endividamento externo e elevou a classificação de risco da economia. Nessas circunstâncias, os fluxos financeiros, no País, mantiveram elevadíssima elasticidade à variação do grau de aversão ao risco no sistema internacional, ou seja, nas crises financeiras internacionais, a economia perdia grandes quantidades de reservas externas. Para estimular a volta dos financiamentos externos, o Banco Central elevava os juros, com o efeito colateral de derrubar o crescimento econômico. Em 1999, o Governo adotou o regime de câmbio flutuante, o que permitiu significativa desvalorização cambial. O saldo da balança co-

mercial apresentou melhora imediata, mas, até 2001, em medida insuficiente para reduzir as necessidades de financiamento externo para valores sustentáveis. O processo de ajuste externo acelerou-se a partir de 2002, quando o superávit comercial saltou para US\$ 13,1 bilhões, derrubando as necessidades de financiamento externo para confortáveis US\$ 6,7 bilhões. Entre 2002 e 2008, o saldo acumulado da balança comercial atingiu US\$ 227,6 bilhões; e o da conta de transações correntes somou US\$ 9,2 bilhões. Assim, no período, o fluxo líquido acumulado da conta capital e financeira, de US\$ 131,0 bilhões, serviu para elevar as reservas externas para US\$ 193,0 bilhões; a dívida externa líquida caiu de US\$ 165,0 bilhões para negativos US\$ 27,6 bilhões.

Nesse processo de melhoria da solvência externa, cabe destacar-se o forte declínio do indicador serviço da dívida medido como percentual das exportações e do indicador juros medidos como percentual das exportações. Em ambos os casos, o declínio dos indicadores apontam a redução do percentual das exportações comprometido com o pagamento daqueles compromissos, quer dizer, tornou-se menos pesado honrá-los. A elevação das reservas medidas como percentual da dívida total atingiu, em 2008, 104,3%, evidenciando que o Brasil passou à condição de credor líquido. O importante é frisar-se que o Brasil conquistou a posição de devedor confiável e, também, que as reservas elevadas permitem fazer frente, com sucesso, à volatilidade da taxa de câmbio, a exemplo do que se assistiu recentemente. Isso e, não menos importante, o regime de câmbio flutuante permitem ao País ajustar-se às mudanças do cenário internacional sem penalizar pesadamente o crescimento, como ocorria no passado.

Indicadores do endividamento externo — 2002-2008

INDICADORES	2002	2004	2005	2006	2007	2008
Serviço da dívida/exportações (%) .....	82,7	53,7	55,8	41,3	32,4	19,0
Juros/exportações (%) .....	23,8	14,8	12,2	10,8	9,5	7,9
Dívida total/PIB (%) .....	41,8	30,3	19,2	15,8	14,5	12,6
Dívida total do setor público/dívida total (%) ....	59,4	65,7	59,2	51,7	44,5	42,4
Dívida total líquida/PIB (%) .....	32,7	20,4	11,5	6,9	-0,9	-1,8
Reservas (liquidez)/dívida total (%) .....	18,0	26,3	31,7	49,7	93,3	104,3
Dívida total/exportações (razão) .....	3,1	2,1	1,4	1,3	1,2	1,0
Dívida total líquida/exportações (razão) .....	2,4	1,4	0,9	0,5	-0,1	-0,1

FONTE: Banco Central do Brasil.

Roberto Marcantônio (FEE/CEES)

## RS: mortalidade de menores de cinco anos não se reduz o suficiente

O pacto da Organização das Nações Unidas para a redução da pobreza estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) como compromisso com a sustentabilidade do planeta compartilhado entre os governos de 191 países, até 2015, através de ações dos governos e da sociedade.

O quarto objetivo diz respeito à mortalidade infantil, cuja meta é a redução em dois terços, entre 1990 e 2015, da mortalidade de crianças menores de cinco anos (óbitos por 1.000 nascidos vivos).

A taxa do Rio Grande do Sul no período 1992-05 reduziu-se de 22,7 para 15,9. Em 2007, o Estado apresentou uma queda nesse indicador, para 14,9. Mesmo assim, continua numa

situação difícil, pois, se mantiver essa tendência de avanço lento, não alcançará a meta da ONU em 2015. Nos 10 municípios mais populosos, em 2005, essa mesma meta tinha sido atingida apenas por Viamão e São Leopoldo. Já em 2007, registra-se um retrocesso na situação anterior desses municípios. Apenas Caxias do Sul conseguiu alcançá-la e, se essa tendência continuar, estará cumprindo o objetivo de redução da mortalidade de menores de cinco anos estipulado pela ONU para 2015. Quanto aos municípios nos três Coredes de maior população, a situação no Metropolitano Delta do Jacuí continuou precária, e, no Vale do Rio dos Sinos e no Sul, houve piora no indicador entre 2005 e 2007.

Mortalidade de menores de cinco anos, conforme o ODM, nos 10 municípios com maior população do RS — 1992, 2005 e 2007

MUNICÍPIOS	TAXA DE MORTALIDADE DE MENORES DE CINCO ANOS			META DO ODM PARA 2015	CATEGORIZAÇÃO DO ODM	
	1992	2005	2007		1992-05	1992-07
Porto Alegre .....	22,7	14,4	13,8	7,6	Avanço lento	Avanço lento
Caxias do Sul .....	27,6	17,4	10,4	9,2	Avanço lento	A caminho
Pelotas .....	25,8	24,4	14,4	8,6	Avanço lento	Avanço lento
Canoas .....	25,6	18,8	14,9	8,5	Avanço lento	Avanço lento
Viamão .....	26,4	13,5	17,4	8,8	A caminho	Avanço lento
Gravataí .....	16,7	11,0	14,6	5,6	Avanço lento	Avanço lento
Novo Hamburgo .....	23,7	13,1	15,8	7,9	Avanço lento	Avanço lento
Santa Maria .....	17,6	14,0	13,7	5,9	Avanço lento	Avanço lento
Alvorada .....	27,9	16,5	18,2	9,3	Avanço lento	Avanço lento
São Leopoldo .....	26,5	10,9	13,8	8,8	A caminho	Avanço lento
<b>Rio Grande do Sul ..</b>	<b>22,7</b>	<b>15,9</b>	<b>14,9</b>	<b>7,6</b>	<b>Avanço lento</b>	<b>Avanço lento</b>

FONTE: FEE/NIS.

Secretaria Estadual da Saúde.

Hélio Puig Gonzalez (FEE/CIE)

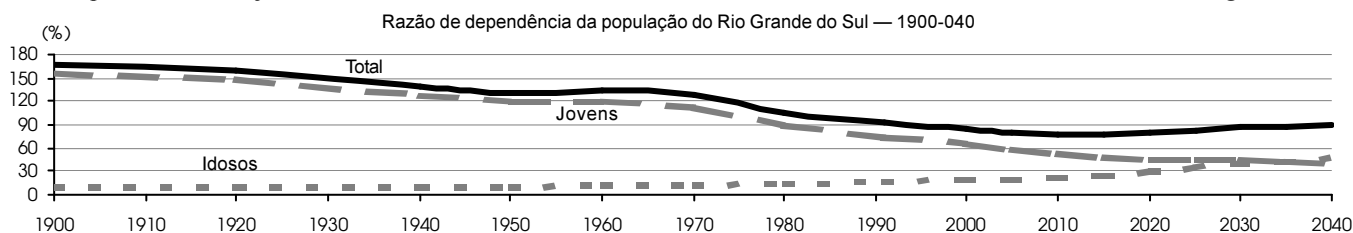
## Perspectivas do perfil da população do Rio Grande do Sul

Dos atuais 10,8 milhões de habitantes do Rio Grande do Sul, 31% possuem menos de 20 anos, e 13% estão com 60 anos ou mais. Desde a década de 70, a população com idade entre 20 e 59 anos é maior do que a soma dos jovens com os idosos.

Conforme mostra o gráfico, a razão de dependência da população gaúcha — medida pelo número de pessoas potencialmente dependentes (com idade entre zero e 19 anos e dos com 60 anos ou mais) em relação à população potencialmente ativa (de 20 a 59 anos) —, desde 1970, apresenta uma acentuada queda. A decomposição dessa razão mostra que essa tendência se deve à diminuição da dependência dos jovens, uma vez que o número de jovens, até a década de 70, era maior

do que o da população em idade potencialmente ativa. Em contrapartida, há um aumento na dependência dos idosos.

As projeções populacionais da FEE para o RS mostram que, após 2015, haverá uma reversão na tendência da razão de dependência total devido à crescente participação dos idosos, prevendo-se, inclusive, que haja um número maior de idosos do que de jovens em 2040. No contexto das oportunidades decorrentes da redução da razão de dependência, pode-se destacar que a maior oferta do contingente de população ativa ocorrida nas últimas décadas é, em tese, favorável à economia. Por outro lado, o benefício econômico do crescente aumento no número de idosos dependerá da capacidade de poupança destes e de como ocorrerão as transferências intergeracionais.



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

- NOTA: 1. Razão de dependência de jovens é a população de zero a 19 anos dividida pela população de 20 a 59 anos multiplicada por 100.  
2. Razão de dependência de idosos é a população de 60 anos ou mais dividida pela população de 20 a 59 anos multiplicada por 100.  
3. Razão de dependência total é a soma das razões de dependência de jovens e de idosos.

Maria de Lourdes Jardim (FEE/CIE)



Tenha acesso a esta e a outras  
publicações em  
nossa Home Page  
[www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)

Carta  
de  
Conjuntura FEE

**ECONOMIA BRASILEIRA**

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./96-abr./09

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa: dez./03 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./96	2,1	21,0	-	10,1	23,00	-	-	127,2	0,2	20 106
Dez./97	3,4	22,2	-	5,2	38,00	-	-	132,8	0,8	32 283
Dez./98	0,0	21,2	-	1,7	29,00	-	-	131,3	-0,5	39 285
Dez./99	0,3	19,6	-	8,9	19,00	-	-	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,3	20,3	-	6,0	16,50	-	-	128,3	0,2	46 304
Dez./01	1,3	19,2	10,6	7,7	19,00	-	-	130,7	25,7	52 846
Dez./02	2,7	-	10,5	12,5	22,00	-	-	122,4	20,3	69 901
Dez./03	1,1	-	10,9	9,3	17,50	-	-	126,4	21,9	70 802
Dez./04	5,7	-	9,6	7,6	17,25	88,9	-	134,4	24,8	87 344
Dez./05	2,9	-	8,3	5,7	18,50	75,7	-14,8	135,5	21,3	98 306
Dez./06	3,8	-	8,4	3,1	13,25	73,8	-2,5	135,1	19,7	118 304
Mai0/07	-	-	10,1	3,2	12,50	71,8	-3,0	103,8	1,1	111 301
Jun./07	4,8	-	9,7	3,7	12,50	70,0	-10,7	103,3	-0,5	113 195
Jul./07	-	-	9,5	3,7	12,00	69,0	-11,9	105,1	1,7	116 458
Ago./07	-	-	9,5	4,2	11,50	70,8	-6,1	103,5	-1,5	117 425
Set./07	5,3	-	9,0	4,2	11,50	68,1	-9,1	102,7	-0,8	123 181
Out./07	-	-	8,7	4,1	11,25	64,9	-10,7	105,7	3,0	124 345
Nov./07	-	-	8,2	4,2	11,25	64,5	-12,0	115,7	9,5	127 393
Dez./07	5,7	-	7,4	4,5	11,25	63,9	-13,4	140,8	21,7	143 642
Jan./08	-	-	8,0	4,6	11,25	63,7	-12,5	110,6	-21,5	141 858
Fev./08	-	-	8,7	4,6	11,25	62,7	-12,7	106,6	-3,6	132 524
Mar./08	5,9	-	8,6	4,7	11,25	63,5	-12,0	108,1	1,5	130 811
Abr./08	-	-	8,5	5,0	11,25	63,1	-13,4	106,1	-1,9	131 320
Mai0/08	-	-	7,9	5,6	11,75	61,3	-14,6	108,7	2,5	132 658
Jun./08	6,0	-	7,8	6,1	12,25	59,8	-14,6	107,2	-1,4	131 067
Jul./08	-	-	8,1	6,4	13,00	59,1	-14,3	109,6	2,3	134 669
Ago./08	-	-	7,6	6,2	13,75	58,7	-17,1	107,4	-2,1	133 935
Set./08	6,3	-	7,6	6,3	13,75	63,4	-6,9	108,4	1,0	137 544
Out./08	-	-	7,5	6,4	13,75	70,7	8,9	109,1	0,7	139 816
Nov./08	-	-	7,6	6,4	13,75	70,6	9,5	120,3	10,3	130 600
Dez./08	-	-	6,8	5,9	13,75	75,2	17,7	148,1	23,1	145 742
Jan./09	-	-	8,2	5,8	12,75	71,9	12,9	113,9	-23,1	142 042
Fev./09	5,1	-	8,5	5,9	12,75	71,1	13,4	113,4	-0,4	135 861
Mar./09	-	-	9,0	5,6	11,25	70,6	11,2	111,4	-1,8	132 168
Abr./09	-	-	-	5,5	10,25	-	-	-	-	132 422

(continua)

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 2002 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE) (8)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (1)	Produtividade física da indústria (7)		Exporta- ções (1)	Importa- ções (1)	Transações correntes (6)	Investi- mentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./96	0,09	33,3	83,87	1,7	-	84,0	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	81,16	3,9	-	83,2	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Dez./98	-0,01	42,6	79,26	-2,0	-	81,0	-3,5	-6,2	-4,24	3,66	0,58	44 556	241 777
Dez./99	-3,13	49,7	86,06	-0,7	-	81,5	-6,1	-14,9	-4,32	4,87	-0,55	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	92,66	6,6	-	82,7	14,7	13,8	-3,76	5,08	-1,33	33 011	236 156
Dez./01	-3,67	52,6	86,69	1,6	-10,7	80,2	5,7	0,1	-4,19	4,06	0,14	35 866	226 067
Dez./02	-3,96	55,5	93,75	2,7	-9,9	80,9	3,7	-15,4	-1,51	3,29	-1,78	37 823	227 689
Dez./03	-4,37	57,2	98,23	0,4	-6,9	81,9	21,1	2,3	0,75	1,83	-2,59	49 296	235 414
Dez./04	-4,59	51,7	106,41	8,3	-6,6	84,4	32,0	30,0	1,76	2,73	-4,49	52 935	220 182
Dez./05	-4,83	46,5	109,34	3,1	-5,1	83,7	22,6	17,2	1,58	1,71	-3,29	53 799	187 987
Dez./06	-3,88	44,0	109,65	2,8	-8,1	84,4	16,2	24,1	1,27	1,76	-3,03	85 839	199 372
Mai/07	-4,27	44,7	125,48	3,3	8,1	84,4	19,2	25,9	1,13	1,94	-3,07	136 419	219 285
Jun./07	-4,27	44,1	121,61	3,9	-2,1	84,7	19,3	26,5	1,10	2,68	-3,78	147 101	230 296
Jul./07	-4,33	44,0	125,50	4,2	2,1	85,2	17,5	26,9	0,77	2,80	-3,57	155 910	235 030
Ago./07	-4,10	43,0	132,52	4,5	4,9	85,7	16,6	27,6	0,69	2,81	-3,50	161 097	235 557
Set./07	-4,02	43,2	124,19	4,8	-6,4	86,1	16,0	27,9	0,55	2,75	-3,30	162 962	237 632
Out./07	-4,19	43,2	136,83	5,3	8,0	87,0	15,9	28,4	0,40	2,81	-3,22	167 867	238 262
Nov./07	-4,21	42,4	130,47	5,5	-4,0	87,2	16,6	29,3	0,19	2,75	-2,94	177 060	242 098
Dez./07	-3,97	42,0	116,58	6,0	-8,3	86,7	16,8	32,1	0,12	2,59	-2,71	180 334	240 495
Jan./08	-4,14	41,9	118,75	6,3	3,0	84,3	17,0	33,4	-0,16	2,73	-2,57	187 507	244 829
Fev./08	-4,18	42,0	114,18	6,8	-3,8	84,7	17,8	36,6	-0,32	2,65	-2,33	192 902	247 998
Mar./08	-4,47	41,2	123,04	6,6	5,9	85,2	16,3	36,0	-0,64	2,64	-2,00	195 232	253 483
Abr./08	-4,25	40,9	124,96	7,0	1,4	85,1	15,3	38,0	-0,98	2,63	-1,65	195 767	254 307
Mai/08	-4,35	40,6	128,53	6,7	1,5	85,6	16,5	40,0	-1,01	2,65	-1,64	197 906	259 109
Jun./08	-4,24	40,5	129,51	6,7	0,8	86,3	18,9	43,7	-1,22	2,09	-0,87	200 827	262 429
Jul./08	-4,33	40,7	136,50	6,9	4,1	86,1	22,6	46,0	-1,30	2,03	-0,74	203 562	266 862
Ago./08	-4,37	40,5	135,10	6,4	-1,0	86,6	24,5	48,2	-1,44	2,18	-0,74	205 116	271 079
Set./08	-4,55	37,8	136,17	6,8	0,3	86,3	27,0	50,7	-1,63	2,46	-0,82	206 494	272 966
Out./08	-4,47	36,2	138,29	5,9	0,6	86,3	26,3	50,3	-1,70	2,47	-0,77	197 229	278 919
Nov./08	-4,27	34,9	122,10	4,8	-9,6	85,2	24,5	46,0	-1,65	2,42	-0,76	194 668	271 428
Dez./08	-4,08	36,0	99,40	3,1	-15,3	80,6	23,0	41,9	-1,80	2,86	-1,07	193 783	262 931
Jan./09	-3,61	36,9	97,99	1,0	1,7	76,7	19,2	35,8	-1,76	2,75	-0,99	188 102	267 486
Fev./09	-3,43	37,1	94,95	-1,0	-0,9	77,0	15,3	27,7	-1,72	2,90	-1,18	186 880	261 821
Mar./09	-3,29	37,6	110,78	-1,9	14,4	77,1	15,0	24,5	-1,59	2,88	-1,29	190 388	259 877
Abr./09	-	-	-	-	-	77,6	12,8	18,0	-1,41	2,93	-1,52	190 546	262 113

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços de 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: Zona do Euro, EUA, Japão, Argentina, China, Coreia do Sul, Rússia, Canadá, Uruguai, Paraguai, Chile, México e Reino Unido. (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Taxa mensal.

## Carta de Conjuntura - Ano 18 nº 06

### ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — dez./06-abr./09

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Dez./06	4,7	93,64	99,93	98,01	431,3	281,8	82,4	934,6	180,07	899,82
Jan./07	-	94,41	105,89	105,89	475,9	305,7	175,3	1 118,2	181,43	903,05
Fev./07	-	94,37	105,52	105,71	352,1	297,7	106,2	883,7	181,42	906,26
Mar./07	-	114,29	107,16	106,25	408,3	224,3	96,3	824,7	184,09	906,95
Abr./07	-	112,37	115,18	108,53	475,0	311,9	101,2	970,4	184,79	908,85
Mai./07	-	118,51	109,31	108,70	468,1	243,9	103,0	970,4	185,23	913,28
Jun./07	-	108,10	106,78	108,37	415,1	323,5	128,0	993,3	187,16	919,60
Jul./07	-	112,43	108,99	108,46	401,5	281,8	120,8	926,8	188,68	942,88
Ago./07	-	113,04	106,48	108,20	513,2	236,3	135,8	1 009,1	188,97	945,05
Set./07	-	100,21	101,59	107,48	434,1	297,5	138,0	1 006,5	189,07	948,23
Out./07	-	115,45	109,56	107,69	466,6	288,9	132,1	1 022,4	189,15	951,56
Nov./07	-	110,37	106,87	107,62	550,4	320,1	130,8	1 147,5	191,29	953,61
Dez./07	7,0	98,53	105,22	107,43	509,5	340,0	121,3	1 135,9	192,81	957,09
Jan./08	-	102,86	108,95	108,95	520,0	336,8	219,4	1 243,3	194,84	957,57
Fev./08	-	105,86	112,17	110,56	511,9	308,3	139,1	1 114,0	194,35	959,14
Mar./08	-	113,20	99,04	106,22	514,4	280,7	117,5	1 054,9	195,65	964,44
Abr./08	-	120,91	107,59	106,59	523,5	368,0	137,1	1 167,1	197,10	967,72
Mai./08	-	114,61	96,70	104,39	492,2	392,1	129,5	1 172,8	200,19	969,38
Jun./08	-	115,69	107,02	104,83	651,0	303,1	156,0	1 322,2	202,95	981,24
Jul./08	-	119,12	105,95	105,00	449,0	431,3	146,8	1 163,7	204,67	1 030,71
Ago./08	-	114,87	101,61	104,56	536,3	340,2	144,4	1 133,6	205,36	1 038,38
Set./08	-	116,12	115,87	105,73	575,8	390,2	154,1	1 278,5	205,98	1 048,99
Out./08	-	118,38	102,53	105,39	547,6	416,4	128,0	1 285,5	206,36	1 055,21
Nov./08	-	99,17	89,85	103,95	538,0	482,3	136,3	1 328,3	208,21	1 058,22
Dez./08	3,80	81,68	82,89	102,35	508,2	368,8	131,1	1 165,8	208,59	1 069,27
Jan./09	-	81,60	79,32	79,32	651,5	304,8	194,6	1 314,0	209,67	1 075,83
Fev./09	-	84,17	79,51	79,42	531,3	264,6	129,3	1 084,4	210,89	1 079,34
Mar./09	-	101,81	89,94	83,12	513,9	276,8	132,5	1 081,7	211,63	-
Abr./09	-	-	-	-	666,3	303,1	119,0	1 246,4	212,45	-

(continua)

## ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — dez./06-abr./09

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (1 000 US\$ FOB)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Dez./06	-13 467	9,2	12,9	1 141	1 142	531 587	1 732 882	1 044 476
Jan./07	14 920	8,6	12,2	1 107	1 128	443 129	1 807 603	860 445
Fev./07	13 643	8,8	12,3	1 113	1 147	518 242	1 840 251	866 144
Mar./07	8 926	9,4	12,9	1 119	1 154	544 817	1 838 957	1 062 709
Abr./07	15 008	10,1	13,6	1 137	1 166	556 619	1 788 914	971 243
Mai/07	-3 382	10,6	14,1	1 145	1 166	561 775	1 704 116	1 400 416
Jun./07	-1 132	10,8	14,4	1 139	1 166	556 098	1 642 989	1 281 777
Jul./07	-1 690	10,3	13,8	1 139	1 161	542 700	1 617 726	1 673 608
Ago./07	673	10,0	13,4	1 138	1 159	559 421	1 653 837	1 571 858
Set./07	14 986	9,6	12,8	1 135	1 141	534 178	1 612 954	1 280 444
Out./07	20 118	9,5	12,4	1 148	1 159	538 908	1 626 879	1 608 080
Nov./07	20 319	9,2	11,9	1 153	1 159	540 020	1 646 665	1 163 724
Dez./07	-8 065	8,7	11,3	1 180	1 182	527 914	1 737 091	1 277 226
Jan./08	19 029	8,4	11,2	1 143	1 141	467 639	1 914 097	1 155 177
Fev./08	20 080	8,3	11,3	1 116	1 111	553 905	1 949 550	1 196 912
Mar./08	18 474	8,7	11,7	1 099	1 111	556 404	1 905 271	1 156 056
Abr./08	13 578	9,0	12,0	1 128	1 139	591 331	1 852 881	1 398 875
Mai/08	2 296	9,2	12,2	1 160	1 178	588 888	1 747 461	1 718 977
Jun./08	7 990	8,7	11,9	1 182	1 197	579 625	1 722 206	1 682 512
Jul./08	4 522	8,7	11,9	1 185	1 203	599 694	1 738 101	1 866 525
Ago./08	4 814	8,3	11,3	1 194	1 200	598 172	1 738 262	1 733 246
Set./08	10 540	8,3	11,2	1 199	1 203	570 888	1 684 761	2 556 164
Out./08	8 873	7,9	10,6	1 200	1 199	583 481	1 723 158	1 662 121
Nov./08	8 036	7,7	10,2	1 193	1 199	545 726	1 702 679	1 120 931
Dez./08	-27 678	7,4	9,8	1 176	1 172	504 271	1 821 798	1 212 575
Jan./09	2 798	7,6	10,0	1 186	1 170	370 254	1 838 172	704 515
Fev./09	747	7,8	10,4	1 207	1 193	451 763	1 869 565	876 189
Mar./09	4 734	9,0	11,7	1 216	1 215	484 699	1 925 556	897 625
Abr./09	2 935	9,7	12,1	-	-	-	-	1 077 234

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de mar./09. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 2002 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./98 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

## O câmbio em 2009

Desde abril, a taxa de câmbio vem caindo, fruto da melhora no afluxo de dólares; no câmbio comercial, devido à venda antecipada de dólares pelos exportadores, temerosos de maior valorização do real; no financeiro, pela volta das aplicações de curto prazo, inclusive as de *carry trade* (aplicadores tomam empréstimos em países com baixas taxas de juros e os aplicam naqueles com taxas mais altas). No Brasil, o aplicador beneficia-se, além da taxa de juros, também da variação cambial negativa.

Por outro lado, a entrada de investimento externo direto (IED) está menor. Com um perfil menos volátil e de menor dependência de fatores conjunturais, o IED resulta de decisões de mais longo prazo, e só agora o efeito contágio da crise o está atingindo. Com a diminuição do IED e a retomada das operações de *carry trade*, o ingresso de dólares no País, pelo

lado financeiro, apresenta maior risco de volatilidade, o que pode aumentar as incertezas sobre a taxa de câmbio no futuro, com seus efeitos estendendo-se para o setor produtivo.

Além do menor IED, fato que contribui para segurar a desvalorização do dólar, o Bacen também tem atuado visando diminuir a queda da taxa de câmbio, pois voltou a comprar dólares nos mercados à vista (*spot*) e futuro, além de ter retomado os leilões de *swap* cambial reverso, um derivativo no qual o Bacen paga a variação da Selic e recebe a variação cambial.

Desse modo, pode-se esperar que a taxa de câmbio nominal se estabeleça em níveis mais baixos do que os registrados no final de 2008, embora os dias de real muito sobrevalorizado pareçam já fazer parte do passado.

Taxa de câmbio nominal no Brasil (compra) — jul./08-abr./09

MESES	FINAL DE MÊS		MÉDIA DE MÊS	
	Taxa (R\$/US\$)	Variação (%)	Taxa (R\$/US\$)	Variação (%)
Jul./08	1,5658	-1,59	1,5906	-1,70
Ago./08	1,6336	4,33	1,6115	1,31
Set./08	1,9135	17,13	1,7988	11,62
Out./08	2,1145	10,50	2,1721	20,75
Nov./08	2,3323	10,30	2,2655	4,30
Dez./08	2,3362	0,17	2,3936	5,65
Jan./09	2,3154	-0,89	2,3066	-3,63
Fev./09	2,3776	2,69	2,3119	0,23
Mar./09	2,3144	-2,66	2,3130	0,05
Abr./09	2,1775	-5,92	2,2051	-4,66

FONTE: Banco Central do Brasil.

Teresinha da Silva Bello (FEE/CEES)

## O emprego formal acusa o golpe e busca a recomposição

Até setembro de 2008, verificou-se, no Brasil, uma acelerada criação de empregos com carteira assinada, porém, a partir de outubro, quando os efeitos da crise financeira internacional começaram a ser sentidos, houve uma reversão desse quadro, com a destruição líquida de postos de trabalho nos meses de nov./08 a jan./09, tendo dezembro como pico (-654.946 vagas ou -2,1% frente a novembro). A partir de fevereiro, o mercado de trabalho voltou a dar resultados positivos, com três meses seguidos em que as admissões superaram os desligamentos, embora sejam números substancialmente inferiores aos do mesmo período de anos precedentes. No acumulado do ano (até abril), foram criados 48.454 postos, uma queda de 94,3% em relação ao mesmo quadrimestre de 2008, um sinal inequívoco da perda de dinamismo do emprego formal, especialmente visível na indústria de transformação, que eliminou 147.178 postos contra a geração de 228.986 nos primeiros quatro meses do ano anterior.

No RS, ainda que as taxas de variação mensal sugiram um movimento mais brando, observando-se retração apenas em dezembro (-1,3%), o resultado do primeiro quadrimestre de 2009, comparado com o de 2008, é igualmente notável: 11.214 postos acrescidos nesse ano contra 71.161 do ano anterior, ou seja, uma cifra 84,2% menor, o que é mais severo na indústria de transformação, que fechou 2.201 vagas nesses quatro meses de 2009, enquanto, no mesmo período de 2008, adicionou 30.412 postos.

Pelo visto, o processo de gradativa recomposição do mercado de trabalho formal avançará ao longo do ano — salvo um agravamento da crise externa —, contudo os níveis de contratação anteriores à crise dificilmente serão alcançados em 2009.

Saldo de admissões e desligamentos na indústria de transformação e no total do emprego formal, no Brasil e no RS — 2008 e 2009

DISCRIMINAÇÃO	2008					2009				
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Total do Quadrimestre	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Total do Quadrimestre
<b>Brasil</b>										
Indústria de transformação	59 045	46 812	40 389	82 740	228 986	-55 130	-56 456	-35 775	183	-147 178
Total .....	142 921	204 963	206 556	294 522	848 962	-101 748	9 179	34 818	106 205	48 454
<b>RS</b>										
Indústria de transformação	6 600	10 187	7 633	5 992	30 412	-4 028	-81	1 561	347	-2 201
Total .....	19 029	20 080	18 474	13 578	71 161	2 798	747	4 734	2 935	11 214

FONTE: CAGED-MTE.

Maria Isabel H. da Jornada (FEE/CEES)

## Impactos intra-urbanos de grandes empreendimentos

Os problemas dos grandes empreendimentos (GEs) emergiram com o avanço da urbanização e das aglomerações metropolitanas. Do ponto de vista da territorialidade, essas atividades apontam a formação de padrões adensados de ocupação de população, produção e consumo. Em Porto Alegre, a indústria praticamente se evadiu para o resto da formação metropolitana, deixando de exercer pressão relevante por ocupação. A reestruturação produtiva não só alçou os serviços à condição de carro-chefe da economia da Cidade, como estabeleceu escalas ampliadas para os mesmos. As escalas aumentaram tanto em nível do estabelecimento de um subsetor (super e hipermercados, hospitais, etc.) quanto na combinação de atividades com mais de um segmento de serviços (hotéis com centro de convenções, *shopping centers* com hotelaria, hospitais com hotelaria para acompanhantes de pacientes, etc.), formando verdadeiros complexos de serviços. A questão é onde localizar esse tipo de empreendimento numa cidade já construída, mas que ainda dispõe de alguns espaços disponíveis?

Todos os GEs têm algo em comum, na medida em que atraem grande quantidade de população (moradores, clientes e usuários), mercadorias e serviços, o que significa que são grandes geradores de viagens, além de elevarem substantivamente as densidades e o valor do solo no seu entorno. Isso tende a esgotar a capacidade das redes de infra-estrutura, criando demanda por redimensionamento das mesmas. Ainda que os investimentos adicionais em infra-estrutura venham sendo, de uma forma ou de outra, compartilhados entre o setor público e os GEs, um avanço inegável, não têm sido capazes de compensar o aumento da demanda que daí decorre. Há itens de infra-estrutura, como o sistema viário, que, em muitos casos, têm capacidade finita de expansão, o que desemboca, inevitavelmente, nos conhecidos congestionamentos e na conseqüente elevação dos custos de circulação.

É inegável a enorme sedução exercida pelos GEs sobre o imaginário social a partir de bem-concebidas campanhas de *marketing*, nas quais são realçadas a geração de renda e empregos, a revitalização de áreas livres e/ou degradadas da cidade e também os efeitos sobre as finanças locais. Cidades dinâmicas, como Porto Alegre, por exemplo, estão permanentemente discutindo projetos de grande escala, cuja preferência locacional são áreas relativamente ocupadas, próximas de

sítios nobres e frágeis ambientalmente, como a orla do Guaíba. Somente na faixa da orla que vai de Estação Rodoviária até o Hipódromo do Cristal (em torno de 8km) estão ou virão a ser implementados a Rodoviária, a revitalização do Cais do Porto, a complementação do Shopping Praia de Belas, a reforma do Complexo Beira Rio, o Pontal do Estaleiro e o Barrashopping-sul. Todos esses empreendimentos têm algum grau de importância para a economia da Cidade, todavia, se associarmos os GEs ao privilégio concedido ao transporte individual em detrimento do transporte coletivo, podemos imaginar os reflexos disso tudo sobre os custos de circulação.

Numa perspectiva de médio e longo prazos, somente no trecho acima referido, serão formados pontos de estrangulamento que causarão custos adicionais, generalizados, de congestionamento, que serão pagos pela população e pelas atividades econômicas que funcionam nessa parte da Capital. Significa uma elevação dos custos urbanos de Porto Alegre.

Desde 1998, o Governo local estabeleceu uma política para aperfeiçoar o controle de implantação de Ges, obrigando a apresentação do Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA). Além disso, tem exigido, em alguns casos, o cumprimento de medidas compensatórias aos efeitos negativos dessas unidades. Certamente, esse procedimento tem contribuído para mitigar, parcialmente, os efeitos mais perversos dos GEs sobre o seu entorno. Todavia não é suficiente para assegurar um desenvolvimento urbano equilibrado e sustentável da Cidade. As propostas que têm surgido são na linha de mais investimento viário, mais garagens, para atender a mais automóveis. Nessa direção, lamentavelmente, somos obrigados a concluir que não teremos soluções duradouras.

José Antônio Alonso (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 29.05.09).

ISSN 1517-7254

A *Carta de Conjuntura* FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.



**Fundação de  
Economia e  
Estatística**

Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretor Administrativo: Nôra Angela Gundlach Kraemer

**Conselho Editorial da Carta:** Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Roberto da Silva Wiltgen e Sônia Unikowsky Teruchkin.

**Núcleo de Dados:** Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

**Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser**

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

**Editoração**

**Supervisão:** Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

**Revisão**

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

**Editoria**

Coordenação: Cirei Pereira da Silveira. Composição, diagramação e arte final: Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal, Jose Antonio da Silva e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Lourdes Teresinha dos Santos, Rejane de Barcellos Schmitt e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.